

Anúncio n.º 7447/2008**Processo: 633/07.4TYLSB
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

Requerente: Eurotejo — Comércio e Indústria de Peixe, L.^{da}
Insolvente: Rodigel — Comércio Geral Peixe L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 19-11-2008, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

Rodigel — Comércio Geral Peixe, L.^{da}, NIF 502426217, Endereço: Edifício dos Armadores, 25, Docapesca de Pedrouços, 1400-298 Lisboa, com sede na morada indicada.

É administrador da devedora:

Paulo David Monteiro Macedo, Endereço: Rua Alexandre Herculano, 25, 2750-000 Cascais, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Artur Bruno Vicente, Endereço: Avenida da Praia da Vitória, 57, 5.º, esq., 1000-246 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

É designado o dia 17-02-2009, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial

24 de Novembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Céu Silva*.

301021525

Anúncio n.º 7448/2008**Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 671/07.7TYLSB**

Requerente: Pedro Tiago Galvanas Seixo
Insolvente: Bestlight — Instalações Eléctricas Gerais, Lda

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 19-11-2008, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

Bestlight — Instalações Eléctricas Gerais, Lda, NIF — 507418719, Endereço: Rua Palha Blanco, n.º 86 A 94, Letra I, Loja 9, 2600-667 Castanheira do Ribatejo, com sede na morada indicada.

É administrador da devedora:

Rui Pedro da Silva Oliveira, Endereço: Rua D. António de Ataíde, n.º 15-1.º Esq.º, 2600-667 Castanheira do Ribatejo, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Carlos Alberto Vecino Vieira, Endereço: Av. Visconde de Valmor, n.º 23, 3.º Esq.º, 1000-290 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

É designado o dia 10-02-2009, pelas 10:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

25 de Novembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Céu Silva*.

301022132

Anúncio n.º 7449/2008**Processo: 1236/06.6TYLSB
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

Credor: Hilti (Portugal) Produtos Serviços, L.^{da}
Insolvente: Carlos Pereira & Belmira, L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 19-11-2008, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Carlos Pereira & Belmira, L.^{da}, NIF 505419904, Rua das Andorinhas, Lote 25 Letra C-1, Cabra Figa Sul, 2785-169 S. Domingos de Rana, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Carlos Luís Gomes Pereira, nascido(a) em 17-02-1965 natural de Angola, NIF — 135916046, BI — 8334440, Segurança social — 11073172897, Endereço: Rua Santa Inês, Lote 6, Manique de Baixo, 2645-012 Alcabideche

Belmira Coutinho Brito Santos Pereira, nascido(a) em 19-07-1964 natural de Angola, NIF — 156514400, BI — 5672484, Endereço: Rua Santa Inês, Lote 6, Manique de Baixo, 2645-012 Alcabideche, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Cristina Lacasta, Av. 25 de Abril, 35, 2.º C, 2795-198 Linda A Velha

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.